

Brasil negocia o “dinheiro novo”

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil está acelerando os entendimentos com todos os credores externos para assegurar o ingresso efetivo ainda neste ano de “dinheiro novo” que ajude a financiar o balanço de pagamentos do País e a garantir o pagamento dos juros e amortizações devidas.

Já neste mês de fevereiro, conforme revelou ontem a este jornal o secretário para assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, ministro Sergio Amaral, seis missões brasileiras vão aprofundar as negociações dos acordos bilaterais do Clube de Paris com os Estados Unidos, o Japão, a França, o Canadá, a República Federal da Alemanha e a Suíça.

“Temos de acabar logo com isto”, disse Amaral, indicando a pressa que o governo tem em garantir os desembolsos em 1989. Das agências oficiais de crédito, o País espera receber neste ano cerca de US\$ 1 bilhão. Em 1988, não houve praticamente liberação de novos financiamentos por parte daqueles credores.

O ponto nevrálgico em torno do qual gira a questão do acerto externo no momento, no entanto, é a definição do Banco Mundial com respeito ao empréstimo para o setor energético brasileiro. Amaral espera uma resposta daquele organismo “nas próximas semanas”. A pendência ecológica que vinha obstruindo a liberação do empréstimo — no valor total de US\$ 500 milhões — já

foi contornada. “Estamos agora aguardando que o Banco Mundial conclua a apreciação de um complexo estudo técnico que apresentamos indicando que as usinas nucleares brasileiras são viáveis.” Disse Amaral. A solução, portanto, não passará por nenhum tipo de compromisso da parte do Brasil no sentido de que não usará os recursos do financiamento nas usinas nucleares.

“A hora em que o Banco Mundial aprovar este financiamento fica assegurada a participação dos japoneses no empréstimo de US\$ 450 milhões como co-financiamento também para o setor energético, além do desembolso de US\$ 1,2 bilhão do ‘dinheiro novo’ dos bancos privados”, relacionou ele. Amaral recebeu ontem uma missão japonesa e considera avançadas as discussões em torno de alguns outros projetos da lista de dezenove que o País enviou no ano passado como candidatos aos recursos do fundo de reciclagem do sueprávit comercial japonês.

Ao mesmo tempo, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcilio Marques Moreira, desenvolve as conversações junto ao governo norte-americano no sentido de garantir um empréstimo “stand-by” para ser usado em caso de necessidade. Isto quer dizer que se os desembolsos de outros credores não acontecerem dentro do previsto, o Brasil poderá ter de recorrer ao “stand-by” dos Estados Unidos. Neste caso, os recursos em disponibilidade viram empréstimo-ponte

por um prazo curto, suficiente para aliviar eventuais pressões que ocorrem no balanço de pagamentos do País. “Isto não pode ser entendido como ‘dinheiro novo’, já que seria uma ajuda apenas para cobrir uma eventual necessidade de balanço de pagamentos”, explicou ele.

Segundo Amaral, a equipe do presidente George Bush teve uma posição positiva com relação ao plano de estabilização editado no último dia 15. “Não temos no momento premência desta ajuda do governo norte-americano, mas dissemos a eles que gostaríamos de contar com um apoio caso se torne indispensável no correr da vigência do plano”, complementou, adiantando que o embaixador Marques Moreira está discutindo em Washington justamente a fórmula de desembolso que teria o empréstimo “stand-by”. Isto é importante para que seja definida em que circunstâncias os recursos colocados à disposição do Brasil poderão efetivamente ser desembolsados. Como se sabe, um “stand-by” não signifi-

ca a utilização dos recursos. Estes, pelo processo, são colocados à disposição do interessado que pode ou não fazer uso do empréstimo. O ministro não revelou o montante de ajuda que o Brasil está pedindo aos Estados Unidos.

Paralelamente, uma outra frente externa vem sendo trabalhada pelo governo brasileiro, em acordo com os governos da Argentina, do México e da Venezuela. Trata-se da questão do aumento de capital do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que depende de uma decisão dos Estados Unidos por parte daquele organismo.